



## Caderno de Provas

**CPJUS 24 – NS**

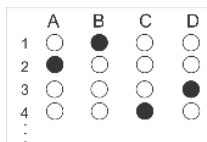
**MÉDICO VETERINÁRIO**

**Edital Nº. 001/2023 –  
Prefeitura Municipal de Junco do Seridó/PB**

**Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	5 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA SUPERIOR

As questões de 01 a 06 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 01

“Eles não são mais índios...”

*A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras*

Por Maria Luiza Santos Soares,  
jornalista e mestre em comunicação.

“Eles não são mais índios... eles perderam a sua cultura”. Esta frase recorrente no seio da sociedade brasileira faz parte de uma herança, cuja origem remonta à descoberta do Novo Mundo pelos navegadores portugueses e espanhóis. Desde então, a ideia acerca dos povos indígenas vem sendo construída através de um olhar nostálgico, reservando-lhes um lugar que não cabe no espaço contemporâneo. Este estranhamento, no entanto, foi construído historicamente, desde os primeiros relatos dos colonizadores, passando pelos escritos iluministas de Rousseau, Rotherdan e Morus, pela literatura romântica brasileira do século XIX, aos dias de hoje.

Por isso ainda é comum a ironia diante de um indígena utilizando um automóvel do ano, um celular, ou um computador. Esta visão também bebeu na fonte de textos bíblicos, como se os povos ameríndios fossem os verdadeiros habitantes do Éden, mantendo fora da história tudo que estivesse relacionado com eles. Não é por nada que demarcação das terras indígenas atinja setores da elite com o mesmo discurso “muita terra para pouco índio”.

“Que índio é este, vestido com roupas de branco?” É o que dizem muitas pessoas ao encontrarem famílias Kaingang e Guarani vendendo seu artesanato no Brique da Redenção aos domingos em Porto Alegre. De todos os absurdos que podem ser atribuídos a eles, este certamente é o mais cruel. Não são mais índios por quê? Por que perderam sua cultura? Por que não passeiam em trajes típicos neste paraíso tão almejado pelos conquistadores lá nos mil e quinhentos?

E o que significa ser indígena? Ao consideramos que, originariamente, os povos que aqui se desenvolveram estavam intimamente ligados ao meio ambiente, a crueldade aumenta ainda mais. No Rio Grande do Sul, cada etnia vivia em um determinado ecossistema. Enquanto alguns grupos habitavam os campos, Charruas e os Minuanos, os Guarani viviam na Mata Atlântica e os Kaingang, no Planalto Meridional – cada qual dispoendo dos recursos naturais à sua volta. Mais de que um bioma em si, não se tratava apenas de uma questão de sustentabilidade material. Existia uma raiz cultural na relação com o espaço que ocupavam. Eles desconheciam a terra como propriedade privada. Seu valor não era o do mercado. Para os povos originários, a terra tem um caráter místico e cosmológico, por isso nenhum lugar é igual a outro. Pela mesma razão, estão reunidos hoje em Brasília no Acampamento Terra Livre. Querem suas terras ancestrais e o direito de continuarem sendo indígenas, preconizado pela Constituição brasileira – Aliás, direito ainda hoje questionado pelas elites conservadoras e seu governo despótico, interessados no que há acima e abaixo das terras indígenas.

A dita “perda da cultura”, portanto, está ligada à invasão de suas terras. Como realizar todos os rituais das diferentes etnias sem os elementos da natureza que deram origem às suas crenças e costumes? Por isso fica difícil entender por que, no Rio Grande do Sul, estado onde prevalecem culturas estrangeiras preservadas até hoje, não se respeita a cultura originária. Talvez, no fundo, seja mesmo uma profunda dificuldade de uns se colocarem no lugar de outros.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, que “a diversidade deve ser salva”, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores. Ao valorizar somente seu passado, repete-se o mesmo equívoco: o de estacionar nosso imaginário naquele tempo passado, fixado na ideia de preservação de uma cultura, como se ela fosse inexorável. Tudo muda e tudo flui, como bem nos ensinou Heráclito.

Darcy Ribeiro em “O índio e a civilização” (1970) mostrou que a interação dos indígenas com a sociedade brasileira os levou de uma condição de índios-tribais à de índios genéricos. Portanto, não é por nada que o preconceito persiste – há 308 etnias no Brasil atual, sendo que, no Rio Grande do Sul, além dos Guarani e dos Kaingang, ainda estão os remanescentes dos Xoklen e dos Charrua. Segundo ele, o avanço sobre os territórios indígenas era quase impossível frente à discriminação racial e os interesses que estavam em jogo: culturas indígenas diante do desenvolvimento econômico do país.

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da “civilização” sobre suas terras. Foi por ela que os povos indígenas foram usurpados de seu modo de vida tradicional. Foi por ela que tiveram sua população reduzida por várias décadas, e foi por ela que jamais deixaram de lutar. No entanto, o “eles não são mais índios” persiste no imaginário.

Sedimentada numa gama de saberes que se reproduziram na ação daqueles encarregados de reger as normas para a colônia, as populações indígenas enfrentaram desde então as diferentes ações de linhagem imperialista: desde as feitorias, passando pelas missões religiosas, aldeamentos, até a tutela, que só deixou de existir, pelo menos na forma da lei, com a Constituição de 1988.

Em 1680, a coroa Portuguesa concede às missões religiosas, principalmente aos jesuítas, a administração dos indígenas, através do Regimento das Missões, onde estava explícito que transformar os índios em cristãos era o mesmo que torná-los vassallos do Rei de Portugal. Embora não constasse no Regimento, o extermínio de grandes populações indígenas foi enorme, bem como sua escravização. Os aldeamentos iniciaram-se com as missões jesuíticas, através da transferência de etnias inteiras sob o pretexto de novas almas para a Igreja.

Em 1755, o Diretório Pombalino, muitas vezes ainda saudado por promover a liberdade dos índios, deu aos povos indígenas o direito de escolherem a quem serviriam. Pombal na verdade estava preocupado com o avanço do poder dos jesuítas sobre as populações nativas, e pretendia ocupar o território. Assim, as aldeias transformaram-se em vilas. Os indígenas não seriam mais convertidos à religião, mas à civilização, à cultura e ao comércio dos brancos.

O Diretório Pombalino previa a miscigenação, através do casamento de homens brancos com mulheres indígenas, proibia a língua geral nas escolas indígenas e incentivava o trabalho e o comércio entre eles. Desta forma, inaugurava-se a retórica da civilização, que vai perdurar até início do século XIX. O termo civilizado vem servindo de desculpa para suas mais perversas ações contra os povos indígenas, e acabou virando sinônimo, inclusive para os indígenas, de homem branco.

Os tempos que sucedem o fim da II Guerra Mundial vão refletir nas ciências sociais buscando respostas contra as atrocidades. Novos horizontes iluminaram a Antropologia Social. Neste contexto, trabalhos dos etnólogos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio passarão a ser orientados por estes ares, que em termos mundiais, são determinados pela Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, da ONU, em 1948. Ela vai pregar a autodeterminação dos povos indígenas, ao decretar que as terras ocupadas por eles devem suprir-lhes o sustento de acordo com sua cultura, formando, ainda que de forma embrionária, uma resistência à fúria desenvolvimentista que invadia as terras novas do Brasil.

As práticas do Serviço de Proteção ao Índio, e mais tarde da Funai que viria a substituí-lo em 1967, porém, não acompanhariam oficialmente a emancipação das comunidades indígenas, tutelando-as legalmente, até a Constituição de 88. Além disso, o Estado brasileiro teve muita dificuldade de implementar políticas públicas fundadas na riqueza cultural destes povos, para se contrapor à ideia desenvolvimentista que não acolhe a diversidade. E o mais cruel ainda é perceber que muitas vezes os setores que negam a indianidade de nossos povos originários são os mesmo que querem plantar soja ou minerar em suas terras.

Então, cara pálida, quem não é mais índio?

Adaptado de <https://www.brasildefatores.com.br/2022/04/18/artigo-eles-nao-sao-mais-indios>  
Acesso em: 01 abr. 2023.

**01.** O uso das aspas no título do texto indica:

- A) A presença de uma citação direta que revela o pensamento da autora sobre os povos originários.
- B) A presença de uma citação direta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários
- C) A presença de uma citação indireta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.
- D) A presença de uma ilha textual, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.

**02.** No jargão jornalístico, o olho é uma frase destacada geralmente pelo editor-chefe, que aparece sob o título ou no conjunto da página. É correto afirmar sobre o trecho:

*A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras*

- A) O olho coloca em destaque a ideia central do texto.
- B) O olho coloca em destaque o argumento mais forte do texto.
- C) O olho dá relevância à opinião dos próprios indígenas sobre questões identitárias.
- D) O olho dá relevância às opiniões de terceiros, refletindo o imaginário coletivo sobre o indígena.

**03.** Quanto à **intenção comunicativa**, o Texto 01 visa

- A) apresentar as dificuldades da vida indígena, face ao avanço da civilização sobre as suas terras.
- B) mostrar o protagonismo e os avanços indígenas desde a chegada dos colonizadores.
- C) discutir a demarcação de terra no Brasil com todos os setores econômicos envolvidos
- D) expor diferentes pontos de vista de autores sobre a cultura indígena, isentando a opinião da autora.

**04.** O gênero textual e a sequência textual dominante estão corretamente especificados na alternativa:

- A) Artigo com predominância da sequência expositiva.
- B) Artigo de opinião com predominância da sequência argumentativa.
- C) Crônica com predominância da sequência narrativa.
- D) Crônica com predominância da sequência argumentativa.

**05.** A respeito da oração subordinada destacada no 6º parágrafo do texto

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, **que “a diversidade deve ser salva”**, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores.

- A) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva apositiva.
- C) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

**06.** O trecho “No entanto, o [Ø] ‘eles não são mais índios’” (8º parágrafo) contém a elipse de uma palavra especificada na alternativa:

- A) Avanço.
- B) Indígena.
- C) Imaginário.
- D) Pensamento.

As questões 07 e 08 referem-se à charge abaixo.

TEXTO 02



Disponível em: <http://gilmaronline.blogspot.com/2018/04/charge-indigenas.html>  
Acesso em 01. abr. 2023.

07. O uso do ponto final na primeira frase

- A) encerra uma afirmação não confirmada pela História.
- B) encerra uma declaração sobre o processo de mestiçagem na formação do Brasil.
- C) encerra uma declaração que põe em dúvida o processo de mestiçagem no Brasil.
- D) encerra com uma pausa breve para, em seguida, encadear um esclarecimento com elementos da enumeração.

08. Criada para ilustrar críticas relacionadas às notícias veiculadas em cada edição do jornal, a charge é um gênero textual que exige dos leitores conhecimento de mundo, por estar ligada ao contexto. Além disso, também requer conhecimento linguístico, para que sejam acessadas as informações implícitas.

Quanto à mensagem implícita na charge, é coerente afirmar que

- A) não há marcas de pressuposto na charge.
- B) o uso de pressupostos na segunda frase revela um problema econômico evidente no Brasil.
- C) na segunda frase, o trabalho com subentendido detalha objetivamente os três grupos da população brasileira envolvidos com a causa indígena.
- D) a generalização na primeira frase é desfeita, quando o personagem revela uma parcela da população que sofre violência direta, enquanto as demais não se percebem descendentes indígenas.

As questões 9 e 10 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 03

Quem é Hipólita Jacinta, a primeira mulher a fazer parte do Panteão da Inconfidência em Ouro Preto?

Por Christiano Borges,  
jornalista do G1.

**Hoje**, cerca de 230 anos depois da Inconfidência Mineira, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo terá finalmente o reconhecimento merecido e negligenciado por livros, registros e documentos - não despropositadamente - que ignoraram a decisiva participação da destemida fazendeira mineira no movimento que queria libertar Minas Gerais da Coroa Portuguesa.

Segundo aponta a historiadora Heloísa Starling, **naquela época**, "Hipólita foi personagem de grande importância na Conjuração Mineira, ao colaborar para a comunicação entre os inconfidentes, além de financiar algumas das ações do movimento, já ela que detinha grande riqueza, e disponibilizar sua residência, a Fazenda Ponta do Morro, para encontros e reuniões dos mesmos".

Hipólita será a primeira mulher a ter uma lápide no Panteão do Inconfidentes, em Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais. Uma cerimônia de homenagem acontece **neste sábado** (29) no Museu da Inconfidência. O papel desempenhado por Hipólita na Conjuração Mineira, outro nome do movimento, também será debatido.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/29/quem-e-hipolita-jacinta-a-primeira-mulher-a-fazer-parte-do-panteao-da-inconfidencia-em-ouro-preto.ghtml>  
Acesso em: 29 abr. 2023.

09. Pensando sobre a temática abordada, a opção que contém uma afirmação correta sobre o texto é:

- A) O vocábulo **cerimônia** é um hiperônimo de **museu**.
- B) O uso do vocábulo **ela** (Linha 3 do segundo parágrafo) evidencia um caso de catáfora.
- C) Os substantivos **livros**, **registros** e **documentos** evidenciam o emprego de repetição lexical.
- D) As expressões **Inconfidência Mineira** e **Conjuração Mineira** são exemplos de emprego de sinonímia, já que mantêm equivalência de significado, dentro de um mesmo campo lexical.

10. Os termos destacados em negrito colaboram para o encadeamento das ideias, através de elementos coesivos. Marque a opção de resposta que contém a nomeação correta para o tipo utilizado no texto:

- A) Campo lexical.
- B) Sequenciadores de tempo.
- C) Sequenciadores de espaço.
- D) Ordenadores das informações textuais.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA**

11. Se verde é azul, então, azul é vermelho. Se azul é vermelho, então, cinza é preto. Se cinza é preto, então, branco é azul. Ora azul não é branco, logo,

- A) cinza é preto e azul não é vermelho.
- B) azul é vermelho e verde é azul.
- C) cinza não é preto e verde não é azul.
- D) azul não é vermelho e verde é azul.

12. Considere as premissas a seguir:

- I. Nenhum veículo é veloz.
- II. Algumas motos são velozes.

A partir dessas premissas, conclui-se que

- A) algumas motos são veículos.
- B) todos os veículos são motos.
- C) nenhum veículo é moto.
- D) nenhuma moto é veículo.

13. A sequência abaixo relaciona letras e números, considerando um princípio lógico.

J	U	N	C	O
20	10,5	28	1,5	?

Seguindo o raciocínio dado, a soma dos números associados às letras da palavra JUNCO é igual a

- A) 121,5.
- B) 75.
- C) 126,5.
- D) 90.

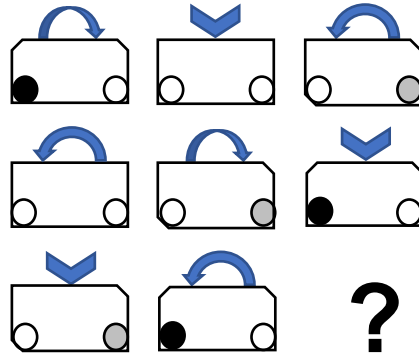
14. Considere as proposições abaixo.

- I.  $(A \wedge B) \wedge \sim(A \vee B)$
- II.  $(A \vee B) \rightarrow (A \wedge B)$
- III.  $\sim A \wedge (A \wedge \sim B)$
- IV.  $A \vee (B \wedge \sim B) \leftrightarrow A$

Nesta ordem, essas proposições são, respectivamente:

- A) contradição, tautologia, contingência, contingência.
- B) contradição, contingência, contradição, tautologia.
- C) contingência, contingência, tautologia, contradição.
- D) contingência, contradição, contradição, tautologia.

15. Observe abaixo a sequência que se organiza em nove figuras.



De acordo com a lógica aplicada na organização das figuras, a interrogação deve ser substituída por:

- A)
- B)
- C)
- D)



QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – MÉDICO VETERINÁRIO

16. Fornecer alimentação após a ordenha é uma prática de manejo utilizada em alguns rebanhos leiteiros. Essa prática está associada, principalmente, a
- A) permitir que o animal permaneça em estação até o completo fechamento do esfíncter mamário.
  - B) aumentar a produção leiteira por causar um maior bem-estar nas vacas leiteiras.
  - C) facilitar a higiene das instalações, evitando que, após a ordenha, elas se deitem.
  - D) diminuir o pisoteio das pastagens para não reduzir seu valor nutricional.
17. O Manual Integrado de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA), disponibilizado pelo Ministério da Saúde, agrupam as DTA's em algumas categorias a depender do mecanismo patogênico envolvido. De acordo com esse manual, patologias "causadas pela ingestão de microorganismos patogênicos, denominados invasivos, com capacidade de penetrar e invadir tecidos, originando quadro clínico característico" denominam-se
- A) intoxicações.
  - B) infecções.
  - C) toxinfecções.
  - D) intoxicações não bacterianas.
18. A pitiose é uma enfermidade granulomatosa crônica causada pelo Oomiceto *Pythium insidiosum* que acomete humanos e animais, principalmente a espécie equina. Com relação ao acometimento dessa patologia nos equinos,
- A) as formas nasal, pulmonar e intestinal já foram descritas.
  - B) a principal forma de apresentação, na espécie equina, é a visceral.
  - C) o comprometimento da glândula mamária é uma manifestação comum da doença.
  - D) as lesões ósseas e metástases regionais não ocorrem, devido às características patogênicas da doença.
19. A Instrução Normativa nº 50, de 24 de setembro de 2013, torna pública a lista de doenças que são de notificação obrigatória ao Serviço Veterinário Oficial composto pelas unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Animal, em atendimento ao art. 5º do Anexo do Decreto no 5.741, de 30 de março de 2006. Sendo assim, uma patologia que requer notificação imediata de qualquer caso suspeito é
- A) antraz.
  - B) clamidiose aviária.
  - C) fasciolose hepática.
  - D) febre catarral maligna.
20. Em uma propriedade, pequenos ruminantes estavam sendo encontrados com quadros de desorientação, depressão, tropeços ao se movimentar e andar em círculos. Alguns morriam com cerca de 3-4 dias após o aparecimento da doença. Identificaram que o agente etiológico da patologia envolvida tratava-se de um cocobacilo, gram positivo, não formador de esporos e móvel. O quadro descrito é caracterizado de
- A) tétano.
  - B) listeriose.
  - C) pasteurelose.
  - D) encefalite caprina.

21. O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Portaria nº 46, de 10 de fevereiro de 1998, instituiu o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, que identifica perigos específicos e medidas preventivas para seu controle, objetivando a segurança do alimento, e contempla para a aplicação, nas indústrias sob SIF, também os aspectos de garantia da qualidade e integridade econômica. Baseia-se na prevenção, eliminação ou redução dos perigos em todas as etapas da cadeia produtiva. A respeito do assunto, é correto afirmar:
- A) Ponto de controle crítico tem como objetivo prevenir, reduzir a limites aceitáveis ou eliminar os perigos para a saúde, a perda da qualidade e a fraude econômica.
  - B) Monitorização são as ações a serem adotadas quando um limite crítico é excedido.
  - C) Limite crítico é a falha no cumprimento ou não atendimento de desvio, denotando que este está sub ou sobrepassado.
  - D) Análise de risco é a probabilidade de ocorrência de um perigo à saúde pública, de perda da qualidade de um produto ou alimento ou de sua integridade econômica.
22. O Decreto nº 9013, de 29 de março de 2017, regula a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. De acordo com o Art. 42 dessa Lei, o estabelecimento de produtos de origem animal deve dispor de
- A) água fria e quente nas dependências de manipulação e preparo de produtos.
  - B) instalações e equipamentos para a ordenha, separados fisicamente das dependências industriais.
  - C) local para lavagem e depuração dos moluscos bivalves, tratando-se de estação depuradora de moluscos bivalves.
  - D) instalação específica para necropsia com forno crematório anexo, autoclave ou outro equipamento equivalente.
23. De acordo com o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), a inspeção *post mortem* consiste no exame da carcaça, das partes da carcaça, das cavidades, dos órgãos, dos tecidos e dos linfonodos, realizado por visualização, palpação, olfação e incisão, quando necessário, e demais procedimentos definidos em normas complementares específicas para cada espécie animal. Assim, em concordância com o RIISPOA, é correto afirmar:
- A) As carcaças e os órgãos de animais com sorologia positiva para brucelose devem ser destinados ao aproveitamento condicional, quando os animais estiverem em estado febril no exame ante mortem.
  - B) Os animais reagentes positivos a teste diagnóstico para brucelose, na ausência de lesões indicativas, podem ter suas carcaças liberadas para consumo em natureza, devendo ser condenado apenas o trato genital.
  - C) As carcaças e os órgãos de animais em estado de caquexia podem ser destinados ao aproveitamento condicional.
  - D) Os animais reagentes positivos a teste diagnóstico para brucelose que apresentem lesões localizadas devem ter suas carcaças destinadas ao aproveitamento condicional pelo uso do calor, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

24. O Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) dispõe, dentre outros, sobre a inspeção post mortem de suídeos. Sendo assim, esse regulamento determina que as carcaças
- A) de animais criptorquidas ou que tenham sido castrados por métodos não cirúrgicos, quando for comprovada a presença de forte odor sexual, por meio de testes específicos dispostos em norma complementar, devem ser destinadas ao aproveitamento condicional, condenando apenas o trato genital.
  - B) de suídeos com erisipela que apresentem múltiplas lesões de pele, artrite agravada por necrose ou quando houver sinais de efeito sistêmico podem ser destinadas à fabricação de produtos cárneos cozidos, após a remoção das áreas lesionadas.
  - C) com artrite em uma ou mais articulações, com reação nos linfonodos, hipertrofia da membrana sinovial, sem repercussão no seu estado geral, devem ser destinadas ao aproveitamento condicional pelo uso do calor.
  - D) que apresentem afecções de pele, tais como eritemas, esclerodermia, urticárias, hipotricose cística, sarnas e outras dermatites podem ser liberadas para o consumo, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas, independente da extensiva inflamação na musculatura, precisando apenas ser removida.
25. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Instrução Normativa nº44, de 23 de agosto de 2001, aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas para a Micoplasmose Aviária (*Mycoplasma gallisepticum*, *synoviae* e *melleagridis*). A respeito desse assunto, é correto afirmar:
- A) Os exames sorológicos devido à baixa possibilidade de ocorrer reações cruzadas inespecíficas são considerados conclusivos para a detecção da presença dos micoplasmas.
  - B) No caso de realização de abate dos núcleos positivos para os agentes dessas normas, eles deverão ser realizados em abatedouros com SIM, segundo as normas do RIISPOA.
  - C) O estabelecimento avícola participante do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) não poderá utilizar vacina de qualquer natureza contra a micoplasmose aviária, em estabelecimentos de controles permanentes.
  - D) A colheita oficial do material deverá ser aleatória, sendo escolhido o galpão único do mesmo núcleo, para os testes sorológicos, provas biológicas em aves reprodutoras Livres de Patógenos Específicos (SPF), em ovos embrionados ou em provas micoplasmológicas.
26. A epidemiologia tem como objetivo fornecer indicadores que sirvam de suporte ao planejamento, administração e avaliação das ações de saúde. Entre os indicadores de saúde, aquele que indica o número de novos casos de uma determinada doença ou problema de saúde em um determinado período de tempo em uma mesma população exposta ao risco denomina-se
- A) morbidade.
  - B) prevalência.
  - C) mortalidade.
  - D) incidência.

27. O Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) fornece metodologias para o correto envio de amostras e diagnóstico em casos de animais suspeitos. Entre os testes recomendados pela Organização Mundial de Saúde Animal, o teste imunoenzimático ELISA é utilizado como triagem para casos suspeitos. Um dos testes confirmatórios para EEB denomina-se
- A) prova tuberculínica.
  - B) hemograma completo.
  - C) imunohistoquímica.
  - D) inoculação intracerebral em camundongos.
28. De acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), no Brasil, a responsabilidade de garantir o controle sanitário nos portos, aeroportos e pontos de passagem de fronteira em todo território nacional é da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Sobre o tema em questão, é correto afirmar:
- A) A importação de animais é permitida em todos os aeroportos nacionais por medida estratégica da vigilância agropecuária.
  - B) Na fiscalização de aeroportos, não existem procedimentos documentados para o transporte seguro de animais afetados.
  - C) As mercadorias em trânsito e sem transbordo, incluindo animais vivos, não estarão sujeitas às medidas de saúde previstas no RSI.
  - D) A legislação brasileira prevê o retorno dos animais ao país de origem, caso seja detectado a ausência de documentação ou suspeita de alguma enfermidade na importação.
29. A Instrução Normativa nº 15, de 19 de fevereiro de 2004, aprova o regulamento técnico para produção e controle de qualidade da vacina contra a brucelose e antígenos para diagnóstico dessa patologia. Segundo essa norma, a vacina contra a brucelose
- A) é eficaz, tão somente, no controle da brucelose bovina.
  - B) deve ser conservada à temperatura entre 10°C e 14°C protegida da radiação solar direta.
  - C) deve ser comercializada na forma viva, liofilizada, acompanhada do respectivo diluente e de uso veterinário exclusivo.
  - D) é obtida a partir de culturas fúngicas certificadas de *Brucella abortus*.
30. A Lei no 12.689, de 19 de julho de 2012, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário. De acordo com essa lei, o “medicamento de uso veterinário que contém o mesmo princípio ativo do medicamento de referência de uso veterinário registrado no órgão federal competente, com a mesma concentração e forma farmacêutica, mas cujos excipientes podem ou não ser idênticos, devendo atender às mesmas especificações das farmacopeias autorizadas e aos padrões de qualidade pertinentes e sempre ser identificado por nome comercial ou marca” é denominado de
- A) produto de uso veterinário.
  - B) medicamento similar de uso veterinário.
  - C) medicamento manipulado.
  - D) medicamento genérico de uso veterinário.